

## Adoção e Escola

**Luisa Alloero**  
**Marisa Pavone**  
**Aura Rosati**  
Torino/Itália

A escola, em todos os seus níveis pode, e deve dar uma importante contribuição para a plena compreensão dos múltiplos aspectos de uma adoção. Essa contribuição se dará, principalmente, na reformulação do conceito de paternidade e maternidade, entendido não apenas como derivado de uma relação biológica, mas também e, sobretudo, como consequência de uma relação afetiva, construída dia após dia.

A escola representa um serviço social de fundamental importância no campo educativo e formativo das futuras gerações. Entretanto, a grande maioria das escolas, continua a expor, em matéria de filiação, concepções exclusivamente do tipo fisiológico, hoje já superadas. Além disso, na prática didática, não são raros os casos em que os docentes apresentam o tema da maternidade e da paternidade como diretamente relacionados ao tema da procriação.

É preciso levar em conta que a relação familiar está baseada não apenas no ato da procriação, mas também, e, especialmente, no relacionamento afetivo e formativo que é criado. É preciso distinguir entre filiação e procriação. Este último é ligado apenas ao fato biológico, o primeiro é mais complexo.

"Ter nascido de" não significa "ser filho de". Afirmar que dos vários elementos seja mais importante a procriação, é contradizer a moral e à supremacia das questões do espírito sobre aquelas biológicas e também à atual visão científica sobre a importância relativa da hereditariedade e da educação na formação do homem.

Por outro lado, tais relações afetivas e formativas não se fazem numa só direção. Se é verdade que os genitores contribuem para a formação da personalidade dos filhos, é também verdade que os filhos exercem uma influência, às vezes decisiva, sobre a personalidade de seus pais.

### **CRIANÇAS, FAMÍLIA E PAPEL DA ESCOLA**

Frente ao tema do "direito da criança a ter uma família" é comum vermos questionadas as responsabilidades da magistratura, das autoridades administrativas, dos assistentes sociais, dos psicólogos, dos serviços de apoio social. Entretanto, com menor frequência é questionado o papel da escola com relação às crianças e adolescentes com problemas familiares, em situação de abandono, ou ainda, inseridos em núcleo familiar diferente daquele de origem.

São múltiplas as situações que podem envolver diretamente a instituição escolar. Algumas indicações:

- Responsabilidade da escola na observação dos problemas que atingem seus alunos, para prevenir ou resolver situações de abandono, de violência, de abusos;
- na observação de potenciais dinâmicas negativas relacionadas a situações de privação, nas diversas idades;
- na observação de problemáticas sociais e educativas relacionadas à diversidade cultural de seus alunos, à diversidade racial;
- incertezas derivadas de um escasso conhecimento das leis e normas que se aplicam às crianças em situação de abandono temporário ou definitivo;
- procura de maior integração entre as diversas instituições (escola, serviços sociais, juizados...), com vistas à defesa dos direitos da criança.

Mas, além de uma maior atenção e sensibilidade com relação a alguns desses aspectos e dos problemas acima exemplificados, é preciso sublinhar que a escola pode contribuir - em termos mais gerais - para a superação de tantos lugares-comuns, de tantos preconceitos ainda presentes na sociedade e na sua própria estrutura formativa.

É importante, por exemplo, que a paternidade e a maternidade adotiva sejam consideradas como tendo a mesma dignidade daquela "de sangue". Mas é ainda mais importante colocar essa questão numa representação da família que não seja estereotipada, que leva em conta os novos modelos existentes na atual realidade social.

É muito útil analisar a relação entre pais e filhos no caso da adoção. Mas é oportuno inserir essa pesquisa no contexto mais amplo que deve interessar a todas as crianças e a todos os pais e que diz respeito ao conceito de paternidade, maternidade, filiação, ligados não apenas ao fato da procriação.

A verdade é que, muitos poucos, em nossa sociedade, se ocupam das relações familiares, centrais na vida de todos nós, e particularmente relevantes do ponto de vista social. Apenas quando o seu mau funcionamento produziu danos tão graves que, geralmente, se apresentam como irreversíveis, é que para elas voltam-se as atenções. Cabe então a pergunta: quem se ocupa desse problema do ponto de vista educativo-preventivo?

O problema das relações familiares, e da sua transformação, deve ser explicitamente reconhecido pelo sistema educativo, em todas as comunidades, como um de seus objetivos mais importantes.

## **A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA NOS LIVROS**

Observa-se uma dificuldade em encontrar, no mercado editorial escolar, livros que apresentem a paternidade e a maternidade não apenas como consequência do fato biológico, mas principalmente como derivados de uma relação afetiva que cresce dia-a-dia e se consolida - de ambas as partes - com o tempo.

Por isso, é muito importante que os docentes, as associações de pais, os institutos de pedagogia, os autores dos livros e as editoras, em conjunto, enfrentem o problema da família na sua realidade atual. É muito importante que contribuam positivamente para modificar as percepções dos papéis familiares, para tornar possível o confronto entre imagem (dos livros) e realidade para cada educador, para cada criança.

Com as mudanças vividas em nossa sociedade, com o advento das novas formações familiares, encontram-se em transformação nossos sistemas de relacionamento familiar, as relações de sangue podem estar perdendo a sua importância em favor das relações por afinidade, unidas por laços de afeto. E essa nova realidade deve ser levada em conta nos livros utilizados pelos professores, livros que ajudarão a moldar as percepções dos jovens alunos, formando suas representações da realidade.

Uma das preocupações é o confronto existente, para o professor, entre o modelo de comportamento que ele interiorizou e idealizou, com a família real. Para os alunos, o confronto se dá entre a imagem da família apresentada nos livros e a percepção que eles têm de sua experiência direta. Algumas vezes esse confronto pode ser fonte de dificuldades emotivas, sentimentos de estranheza. Para os professores, esse confronto pode ter um papel importante em suas expectativas, em seus condicionamentos culturais, na qualidade de sua intervenção na mediação entre os conteúdos apresentados nos livros e a realidade de seus alunos, e no estabelecimento de uma relação positiva entre eles, crianças e os pais.

Finalmente, os poucos estudos realizados nesta área revelam que os livros escolares ainda utilizam, em sua grande maioria, os estereótipos que caracterizam o modelo da família "oficial", em que o conceito de paternidade e maternidade está exclusivamente baseado nas ligações biológicas.

## **CRIANÇAS ADOTIVAS E PRÁTICA DIDÁTICA**

Uma das mais graves questões da escola moderna é a de buscar compreender as exigências específicas do contexto sócio-cultural e dos recursos próprios dos alunos. É preciso considerar a variedade das situações familiares de cada criança e adolescente. Além disso, é preciso evitar posições arbitrárias que possam entrar em confronto direto entre as orientações dos pais e aquelas apresentadas pelos educadores. Esse confronto pode ser fonte de desorientação para alguns alunos.

Um exemplo: Uma criança adotada já grande e, por isso, bem informada de sua condição, volta para casa pedindo aos seus pais que ajudem a compor a história fotográfica de sua vida, do nascimento até aquele dia, de forma a cumprir a tarefa determinada pela professora (que não havia pensado nos alunos adotados ao propor aquele tema). Aqui, mesmo os mais bem preparados podem estar, de um momento ao outro, frente a dificuldades imprevistas. Neste caso, a mãe não queria apoiar a filha, que tendia a resolver o problema enganando seus colegas, mas ficava paralisada frente ao temor de

que a filha deveria expor-se sozinha à curiosidade intrigante de seus companheiros.

Na verdade, a simples informação acerca do status familiar da criança não é suficiente, se esta não se segue algumas indicações precisas de comportamento e, por consequência, que os educadores procurem se aprofundar sobre essa temática, criando situações que lhes permitirão uma efetiva formação nesta área.

É necessário reconhecer que, na ausência de uma formação específica sobre os diversos aspectos de uma adoção, ou de uma colocação familiar temporária, os alunos que vivem essa realidade podem vivenciar os sentimentos e expectativas incompreensíveis para o professor. Podem, por exemplo, levá-lo a manifestar uma proteção especial ao aluno, ou criar mitos sobre sua origem, ou ainda, atribuir aos pais biológicos tudo aquilo que ele considera inaceitável na criança, procurando as causas na hereditariedade ou nas carências afetivas vividas no meio de origem.

### **ALGUMAS EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS**

Numa aula de catecismo, a professora disse: "Nós somos todos filhos adotivos de Deus-Pai". Na classe havia uma menina adotiva - que sabia de sua condição - que disse: "Eu também, eu também sou filha adotiva". A professora, ao invés de aproveitar a situação para debater o tema adoção, repreendeu a aluna em voz alta, criticando-a por ter revelado o "segredo". Isso despertou a curiosidade das outras crianças, que passaram a bombardear a colega com perguntas do tipo: "Mas então, você não é filha do teu pai e da tua mãe?"; "Onde você estava antes, num orfanato?"; "Você não tem vontade de conhecer a tua verdadeira mãe?". Tais interrogações foram retomadas no dia seguinte pelas mesmas crianças, despertando a atenção de todos os alunos, criando um constrangimento para a aluna interessada.

Após contatar a família adotiva, os professores consideraram oportuno retomar o assunto nos dias que se seguiram e propuseram uma série de atividades didáticas para desenvolver o conceito de paternidade estendido não apenas como consequência do fato biológico.

Em outras palavras, os professores souberam aproveitar a "diferença" não como problema, mas como oportunidade para "fazer escola". Ao final da experiência consideraram como relevantes os conhecimentos adquiridos pelos alunos, entre estes: a capacidade de se refletir sobre um problema; a serenidade para expor a sua própria situação ao grupo; a atitude capaz de confrontar as suas próprias ideias com aquelas dos outros.

Num outro caso, a sensibilidade dos docentes de uma escola maternal e a preparação específica de uma professora, fez com que solicitassem a uma família adotiva que enfrentassem juntos o nó da informação à criança adotiva sobre a sua situação, e que enfrentassem, também juntos, as consequências causadas por esta "revelação", e o surgimento de uma nova relação afetiva

nascida desta nova realidade, no lar e na escola.

É preciso sublinhar, com muita clareza, que é necessário evitar o risco de que essas atitudes educativas, abertas para a realidade adotiva, estejam dependentes apenas da boa vontade de um ou outro heróico professor. Se o problema da família não deve ser considerado como um mero objeto de estudo por parte de sociólogos, antropólogos, psicólogos e psiquiatras, mas para passar a fazer parte, como um assunto permanente, da cultura básica de uma população, é necessário que:

- ✓ a pesquisa científica (sociológica, antropológica, psicológica, psiquiátrica, etc) analise os conteúdos das diferentes disciplinas, de forma a adequá-las à nova realidade familiar;
- ✓ a pesquisa pedagógica defina uma formação específica para os professores nesta área;
- ✓ os poderes públicos assumam que tanto as escolas quanto as outras agências educativas, têm a responsabilidade da formação dos novos conceitos relacionados à estrutura familiar e coloquem à disposição o tempo e os instrumentos necessário.

### **DIZER SEMPRE A VERDADE À CRIANÇA**

É preciso sempre lembrar que o relacionamento pais-filhos, para que seja saudável, deve estar baseado na verdade e no respeito da situação real, o que é importante também para a experiência escolar. A "conjuração do silêncio" não é útil a ninguém. A necessidade de dizer a verdade à criança (não uma única vez, mas por meio de um contínuo diálogo familiar sobre a situação de pais e filhos adotivos) vale para todas as crianças, independentemente da idade com que entraram na nova família. Esse diálogo evitará aquela situação perigosa que surge entre a criança que sofreu e não deseja pensar no seu sofrimento, e o adulto que teme a dor da criança e prefere não enfrentá-la, racionalizando seu comportamento com a "necessidade de não fazê-la sofrer mais uma vez". A manutenção dessa situação não ajuda a criança.

Pesquisas realizadas com jovens adotados que completaram 18 anos revelaram uma correlação estatisticamente significativa entre silêncio na família, baixo êxito escolar e problemas relacionados com a pouca capacidade de aplicação nos estudos. Bowlby nos fala de uma "fadiga de pensar" naquelas crianças que foram levadas pelos adultos a "não pensar" nos eventos ansiógenos da sua vida passada e que, gradativamente, perdem sempre mais espaços de elaboração mental, com o temor de que revivam aquelas recordações que 'não devem ser revividas'.

Françoise Dolto, psicanalista francesa, deu neste sentido uma grande contribuição à educação. Reconhecer a legitimidade do direito a uma palavra verdadeira, e do desejo de conhecer, é uma coisa que todo educador (seja ele pai ou professor) deve sempre fazer, ainda quando isso pareça ser mais difícil. Ela nos diz: "As crianças das quais esconde-se a verdade, perdem pouco-a-pouco a sua energia vital, porque não têm a palavra para dizer onde está o seu

sofrimento. É preciso dizer logo a verdade para que elas possam viver as emoções da adoção, ao mesmo tempo, com toda a família. Falar com elas a verdade e escutar aquilo que desejam ou podem dizer, do ponto de vista delas. O importante é permanecer em comunicação com os outros. Quando há comunicação, há sempre a possibilidade de prazer, de alegria, com aqueles que falam honestamente, não com aqueles que fingem".

Alguns poderiam dizer que na adoção de recém-nascidos, seria possível "ir levando", sem que ninguém saiba, ainda que os pais sintam que uma eventualidade pode colocar o "segredo" em risco, com os parentes, os amigos, os vizinhos. Mas, se é verdade que a criança passa a conhecer o mundo e a vida através de seus pais, e se ela percebe a realidade mais por meio daquilo que os pais são do que pelo que eles dizem, cabe perguntar se uma relação baseada na falsidade ajuda efetivamente a criança a crescer, ou se acaba por criar dificuldades para o seu desenvolvimento harmonioso. Finalmente, pais e professores precisarão compreender que "não falar", na verdade significa falar de outra forma, sempre muito confusa para a criança. A não informação é uma informação.

Frente a esta realidade, a escola não pode se mostrar despreparada. O problema daquela menina, referida anteriormente, convidada pela professora a levar para a escola a história fotográfica de sua vida, foi resolvida com a eficácia da simplicidade, com a verdade. A mãe, a filha e a professora chegaram a um acordo. Enquanto os colegas levaram o álbum com as fotografias, a mãe adotiva foi até a sala de aula contar a história do nascimento e da vida de sua filha, para a grande alegria da menina, que viu assim ter uma mãe considerada como 'verdadeira' por todos os seus colegas.

## **A CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL**

Existem muitos motivos para que a escola se ocupe das relações familiares e da sua evolução. Colocar o problema do intercâmbio existente entre pais e filhos significa questionar essa realidade nas famílias adotivas e na educação das crianças adotadas. Enfrentar essa questão nos dá a oportunidade de destacar a importância para uma criança de poder viver em uma família, e também, de atuar em todos os casos para que este direito primário da criança possa ser respeitado.

"Eu ia muito mal na escola, não porque fosse menos inteligente do que meus colegas, menos capaz. Eu nunca achei que era inferior aos outros. Mas eu não me interessava por nada. Como pode alguém se interessar por alguma coisa, se isso não importa a ninguém, se ninguém vai se interessar pelos resultados dos teus esforços? Mais tarde, já vivendo com minha família adotiva, os meus resultados escolares foram bem melhores. No internato... para que estudar? Eu não sabia nem por que vivia ". (Daniel, 19 anos, adotado aos oito anos, após sete anos na instituição).

A educação, em geral, deve dar uma grande atenção às relações familiares, deve procurar respostas para tudo aquilo que se relacione com o meio familiar,



não apenas aquilo que diga respeito às famílias adotivas, ainda que estas demandem uma atenção especial. A escola precisa estar atenta àquilo que podemos chamar de "direito à diferença" e valorizar a "diversidade" como um instrumento para a educação, não como um obstáculo.

Entre os diversos motivos pelos quais é importante que as escolas se ocupe das relações familiares, podemos destacar também os benefícios que podem ser trazidos para o plano didático, como por exemplo:

- o tema "família" apresenta conteúdos ricos de força multidisciplinar, abrangendo todo o conjunto do sistema formativo, o linguístico, o histórico, o social, etc;
- por destacar a importância do "método", o tema "família" apresenta comportamentos e expressões cognitivas múltiplas, que exigem a adoção de variadas estratégias educativas (reprodução, descoberta, construção/síntese);
- uma experiência didática centrada na família pode ser dotada de uma grande força cognitiva, no sentido de que permite uma progressão das formas elementares às intermediárias, para chegar às formas superiores do processo cognitivo;
- por fim, uma tal experiência didática pode ser desenvolvida através de uma articulação metodológica que compreenda: a fase de estudos meramente cognitiva; a fase de "pesquisa de campo" voltada para a compreensão do problema; a fase de reelaboração/reconstrução dos dados obtidos e de reflexão sobre o método usado.

Precisamos lembrar que o sistema formativo não compreende obviamente apenas a escola, mas também todas as outras principais agências educativas: a própria família, as entidades locais, os grupos e as associações e os meios de comunicação de massa. Com isso, queremos dizer que não será possível desenvolver um problema educativo voltado para a transformação das relações familiares, se esse objetivo não for colocado na interseção das zonas de influência dessas instâncias educativas.

Essa questão pede o apoio e a contribuição de diversas instituições, e as exigências vão muito além das possibilidades da escola. Talvez fosse útil lançar uma reflexão sobre a possibilidade de uma experiência, reunindo as diversas entidades numa pequena comunidade, em bairros de grandes cidades. Seria útil e também urgente.

## **UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA**

As oito unidades didáticas que apresentamos em seguida foram preparadas por um grupo de professores de uma escola e propostas aos alunos de duas classes paralelas.

O objetivo geral é o de explicar, com linguagem e exemplos adequados à idade, o conceito de paternidade e de maternidade baseado não só na relação

biológica.

A articulação das oito unidades didáticas abaixo, coloca com clareza os objetivos específicos de cada uma delas e pode dar uma ideia do amplo percurso didático-educativo que se procura realizar: desde uma referência etológica até a constatação dos mesmos valores de outras civilizações, desde o reconhecimento dos problemas ligados à marginalização até as dimensões concretas das relações familiares.

É surpreendente destacar como alguns estereótipos surgidos nas primeiras reflexões da criança e escritos nos cartazes foram posteriormente invalidados pelos próprios alunos, no momento da verificação das hipóteses e da conclusão.

Quase todas as crianças no início sustentavam, por exemplo, que "os filhos são as crianças nascidas dos que geraram" (biológicos). Após as reflexões, leremos, "os pais são aqueles que ajudam os filhos a crescer, que os amam, independentemente do modo como eles chegaram na família". Ou ainda, respondendo à pergunta "por que um casal decide adotar uma criança?", a maior parte dos alunos respondia inicialmente: "para ter um filho", indicando o "problema da solidão".

Mais tarde, a situação se transforma, e os alunos escrevem no texto coletivo: "adotar significa dar pais às crianças sem pais".

De uma forma geral, os alunos perceberam as características específicas da relação pai-filhos, independentemente do vínculo de consanguinidade. Essa experiência didática foi muito bem recebida nas escolas em que foi apresentada, e o material produzido por professores e alunos fez surgir novas propostas para atividades na sala de aula e em pequenos grupos.

## **AS UNIDADES DIDÁTICAS/OBJETIVOS**

I - aprender o conceito que os animais, quanto mais evoluídos na escala natural da espécie, tanto mais - para sobreviver e se tornar autônomo - precisam de proteção de seus pais;

II - aprender o conceito que as crianças, para crescer de modo adequado do ponto de vista físico e afetivo, precisam da proteção de seus pais por um tempo mais longo e intenso do que no mundo animal;

III - compreender que, também no mundo animal, a proteção dos pequeninos ultrapassa as relações ditas "de sangue", superando em certos casos antagonismos tradicionais;

IV - compreender que ser pai e mãe não coincide necessariamente com a procriação no sentido fisiológico, e que ser filho não implica necessariamente ter nascido naquela família;



V - aprender o conceito que "adotar" significa dar pais a crianças que, por vários motivos, ficaram sozinhas, e não dar filhos a casais que não os tenham;

VI - aprender o conceito de que o direito à família vale para todas as crianças do mundo;

VII - aprender o conceito que a adoção é sempre recíproca, porque é uma troca permanente entre pais e filhos;

VIII - aprender o conceito que uma relação verdadeira e profunda entre pais e filhos não tem como base apenas os "laços de sangue", mas, sobretudo o afeto, a proteção e o amor recíproco.

Estamos conscientes de que este material pode ser posteriormente desenvolvido e diversamente articulado. Mas, levando em consideração a carência de trabalhos que enfrentem de modo organizado estes problemas, e que sejam diretamente utilizáveis pelas escolas, consideramos que essa proposta poderá ser útil, e poderá inspirar outras significativas experiências, nas salas de aula e nas famílias.

Ao abordar nas salas de aula o tema adoção, é preciso um grande cuidado, muita atenção. É preciso levar em consideração o fato de que a família real é extremamente diferenciada e diversificada. Não existe "a família", existem milhões de famílias, com traços semelhantes, mas também com diferenças profundas. Essas diferenças precisam ser conhecidas e respeitadas.

Caberá ao professor, ao educador, encontrar o modo mais adequado para utilizar a experiência aqui relatada na sua própria situação específica. O que aqui apresentamos apenas poderá ser utilizado se forem levados em consideração os aspectos históricos, os aspectos multiculturais e raciais e, principalmente, a sensibilidade individual de todos os alunos.

A ordem das unidades didáticas, por exemplo, poderá mudar. Em certas situações, poderá ser útil começar por outro tema que não a relação pais-filhos no mundo animal. O importante é colocar-se continuamente ao lado das crianças, e dos seus direitos.

## **A RESPONSABILIDADE DA ESCOLA**

No plano geral, nos parece importante sublinhar, mais uma vez, algumas responsabilidades da instituição escolar no momento em que é chamada a dar a sua contribuição no que se refere aos problemas da tutela da infância e do direito primário da família.

1ª indicação para este trabalho. Já foi falado amplamente do papel da escola no que diz respeito a uma mudança cultural profunda, para a superação de tantos preconceitos ainda existentes.

2ª indicação para este trabalho. Todas as instituições chamadas a operar para

a defesa dos interesses da criança devem dar-se a um projeto comum de intervenção. Entidades e administrações diversas, serviços e técnicos devem trabalhar segundo objetivos comuns. Antes de tudo, trabalhar para favorecer a permanência da criança na família. As prioridades de intervenção indicam: apoio à família de origem, colocação familiar provisória, inserção em pequenos grupos (instituição), adoção. Essas possibilidades de intervenção devem sempre estar à disposição das entidades chamadas a atuar.

O trabalho e apoio à criança não pode se tornar uma tela de Penélope: um tece, o outro desfaz em seguida o que foi feito. Um exemplo: numa situação em que a escola dedicou grande energia para assegurar a plena integração de uma criança com uma deficiência grave, registrando importantes resultados no plano da socialização e da autonomia, uma entidade assistencial não poderia decidir autonomamente internar essa criança numa instituição especializada, separando-a de sua família, de seus colegas e dos professores da escola, ainda que a família enfrentasse algumas dificuldades.

Da mesma forma, em situações onde a comunidade criou serviços de apoio à família de origem e intervenções alternativas à colocação em institutos, é ainda mais grave que a criança rejeite situações delicadas, colocando obstáculos à integração de crianças que apresentem peculiaridades, contribuindo assim para a sua institucionalização. Tal cultura comum, de intervenção prioritária de apoio à permanência no meio familiar, deve compreender também o trabalho voluntário, assim como o apoio técnico especializado em situações pontuais.

3ª indicação para este trabalho. As modernas orientações determinam que os professores, de todos os níveis, assinalem aos órgãos competentes de proteção das crianças as eventuais situações de abandono que atingem menores que freqüentam a escola. A escola não pode se omitir e aqui estamos em frente a um problema delicado e importante. Deve ficar claro que essa orientação não pretende transformar professores e diretores em "delatores", nem devem entrar nesta questão os problemas relacionados à adaptação da criança ao meio escolar.

Os professores, frequentemente, são os primeiros a tomar conhecimento de certas situações familiares e sociais que envolvem seus alunos, inclusive aquelas de maus-tratos ou de abandono moral e material. Por isso, assinalar essa situação aos órgãos competentes tem como único objetivo evitar as possíveis consequências negativas do estado de abandono.

Aqui, como é óbvio, estamos tratando de situações limites, que não ocorrem todos os dias, são, felizmente, fatos raros. Mas, é preciso que professores e diretores estejam conscientes desta obrigação, para poder melhor tutelar os direitos subjetivos das crianças. Seria oportuno que nas ocasiões em que fosse necessário intervir, essa intervenção se desse em estreita colaboração com os serviços sociais da região, ou pelo menos com o seu conhecimento.

4ª indicação para este trabalho. As situações de abandono moral e material não atingem todos os casos de abusos e violências sobre os menores. O papel

da escola é bem maior do que simplesmente assinalar essas situações, ainda que isso seja importante e delicado. A escola representa, antes de tudo, uma fundamental agência de socialização e formação da criança, e sua intervenção incide fortemente sobre o desenvolvimento harmonioso de sua personalidade.

Além das referências específicas ao "direito da criança à família" precisamos sempre lembrar a questão mais ampla que diz respeito à prevenção da desagregação familiar, e da marginalização, que deve preocupar os responsáveis pela escola. Não podemos esquecer que a cada ano milhares de jovens deixam a escola sem ter conseguido nenhum diploma e que existe uma correlação estreita entre "mortalidade" escolar e delinquência juvenil.

A escola não pode limitar-se a registrar a insuficiência de rendimento, sem procurar as causas; não pode delegar a outros as responsabilidades de formação que lhe são próprias. A escola não pode viver separada do seu meio, mas deve integrar-se com os outros serviços, para ajudar a criança e a família a superar suas dificuldades.

A "escola-obrigação" pode tornar-se a "escola dos nossos desejos", essa é a reflexão que gostaríamos de deixar para professores, trabalhadores sociais e demais responsáveis pelos serviços sociais.

(\*) Texto extraído de "Siamo Tutti Figli Adottivi". Alloero, Pavone e Rosati. Torino: Rosenberg & Sellier, 1991

Disponível em: [http://www.cecif.org.br/trab\\_temas/adocao1.htm](http://www.cecif.org.br/trab_temas/adocao1.htm)